

PROMULGAÇÃO

Comissão conclui penúltima etapa

por Itamar Garcez de Brasília

A comissão de redação final concluiu, ontem, a penúltima etapa do seu trabalho, aprovando a maioria das sugestões de linguagem apresentadas pelo filólogo Celso Ferreira da Cunha, de 71 anos. No final da reunião, o professor Cunha declarou-se satisfeito com o trabalho dos constituintes: "Eu não sou constituinte. Eu fui indicado como assessor, pelo presidente, para sugerir algumas emendas que viessem dar uma precisão maior ao texto, uma clareza maior", ressaltou.

Hoje, os constituintes apreciarão 463 destaques das 833 emendas sugeridas pelos parlamentares. Teoricamente, é a última oportunidade para alterar o texto constitucional. O deputado Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), entretanto, quer mudar o texto do tabelamento dos juros reais, de parágrafo para inciso, o que dificultaria a auto-aplicabilidade do dispositivo. Para isso, ele pretende apresentar um requerimento na sessão do dia 22, na quinta-feira, em que o tabelamento seria novamente posto em votação. "O País vai ao caos", protestou Inocêncio. O deputa-

do Ulysses Guimarães (PMDB-SP), presidente da Constituinte, negou durante entrevistas ao longo do dia que essa votação fosse possível. "Eu não vejo como", resumiu Ulysses. A proposta do pefelista, que já tem apoio do senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), precisa da adesão de 280 parlamentares para que seja aprovada.

CUNHA
Das 297 sugestões de Cunha, apenas 92 não foram aprovadas. Nesses casos, a comissão preferiu manter o texto do relator. Segundo Nelson Jobim (PMDB-RS), isso não significa que as sugestões eram lingüística-

mente inconvenientes. O problema era a alteração de mérito contida nessas proposições. Exemplo disso foram os capítulos da tributação e orçamento, em que a linguagem técnica supera a qualidade "vernacular" do texto. O inciso 2 do artigo 153 cita "exportação, para o exterior" considerado redundante pelo filólogo. A inexistência dessa expressão, porém, levou alguns estados a pleitear a exigência de imposto sobre exportação feita para outro estado. A expressão, assim, foi mantida.

Em vários artigos Cunha pretendeu que vírgulas fossem suprimidas. No caso do "caput" do artigo 152, Cunha propôs a eliminação de uma vírgula depois da expressão "serviços". O texto dispõe que "é vedado aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino". Segundo a justificativa contida num acordo de vários partidos, a supressão da vírgula empobrece o dispositivo, pois pode levar o intérprete a entender que a expressão "de qualquer natureza" somente qualifica os serviços, não se estendendo aos bens.

No final, o professor disse que a rejeição de algumas de suas emendas "é natural". Além disso, Cunha não considera que ha-



Celso Cunha

via "erros de português" no texto dos constituintes. Para ele, "há apenas inadequação de linguagem", concluiu.

De acordo com a agência oficial Radiobrás, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, acha que o número de propostas a serem votadas hoje será bem menor que as 463 colocadas em destaque.

O processo de trabalho adotado na reunião de ontem, que terminou pouco depois das 20 horas, foi o de votar as sugestões destacadas pelos integrantes da comissão e de considerar aprovadas as propostas que não foram destacadas. Na votação de hoje, será o inverso.

Ou seja, só serão apreciadas as propostas destacadas, as outras serão automaticamente rejeitadas.

Jurista defende 3º turno

O jurista e presidente da Academia Internacional de Direito e Economia, Ives Gandra da Silva Martins, afirmou ontem que a Constituinte estará cometendo um ato inconstitucional se não submeter a um terceiro turno, antes da votação em plenário, as alterações feitas pela comissão de redação no texto final da nova Constituição. De acordo com o jurista, as alterações devem ser submetidas aos votos dos constituintes antes de integrarem o texto final.

A informação é da Agência Globo. Ives Gandra, que partici-

pou ontem do segundo fórum jurídico brasileiro — A Constituição Brasileira — que se realiza em Contagem (MG), disse ainda que os bancos devem recorrer ao Supremo Tribunal Federal se os constituintes definirem que é auto-aplicável o tabelamento de juros em 12% ao ano. Segundo ele, a questão precisará ser regulamentada por legislação ordinária, visto que o texto constitucional deixa dúvidas sobre se juros reais são apenas a remuneração sobre o capital ou se serão computados também os custos de administração desse capital.

Sant'Anna propõe a Sarney formar o bloco de apoio ao governo

por Adriana Vera e Silva de Brasília

O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, voltou a defender ontem junto ao presidente José Sarney a formação de um bloco suprapartidário de apoio ao governo no Congresso Nacional. Segundo Sant'Anna, "sem esse apoio, os futuros presidentes não vão conseguir governar, já que a nova Constituição aumenta as competências do Poder Legislativo".

A atual bancada do governo federal no Congresso "tem funcionado, mas não é estável", classificou o líder, explicando que o bloco de sustentação do governo "tem de ser feito mediante uma coalizão formal, respeitando os líderes e partidos".

Sant'Anna disse que a formação desse bloco de apoio "não deve ser feita agora, mas já estão programadas certas etapas". A primeira delas termina com a promulgação da nova Carta constitucional, no próximo dia 5. A segunda etapa, conforme Sant'Anna, vai de 5 de outubro a 15 de novembro, já que as eleições municipais "vão definir o quadro partidário e muitas siglas devem desaparecer, porque não conseguirão eleger nenhum prefeito".

O líder do governo previu que, dos atuais partidos

com representação no Congresso, apenas "5 ou 7" vão-se manter fortes depois das eleições municipais, "e somente esses deverão fazer parte da composição de apoio ao governo".

A sucessão presidencial foi outro fator considerado por ele para a definição das forças partidárias que poderão dar sustentação ao governo federal no Congresso.

"Não será fácil montar esse bloco, mas temos de tentar", declarou, para sintetizar o conteúdo da conversa que teve ontem de manhã com o presidente Sarney no Palácio da Alvorada. Todas as segundas-feiras, o presidente recebe em sua residência oficial os parlamentares que lideram a bancada de apoio ao governo federal no Congresso.

Os outros temas do encontro, segundo Sant'Anna, foram a sucessão de Ulysses Guimarães na presidência da Câmara dos Deputados; a proximidade do término dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sepado, que apura denúncias de corrupção (incluindo a possibilidade de enquadramento criminal do presidente da República); e a adaptação do orçamento geral da União para 1989 à reforma tributária instituída pela nova Constituição.

Bosque da Constituição terá 800 árvores

por Itamar Garcez de Brasília

Os constituintes brasileiros deverão ser lembrados por muitos anos, mesmo depois de suas mortes. Pelo menos quem for visitar o Bosque da Constituinte, que será formado em Brasília, no próximo dia 4 de outubro, um dia antes da promulgação da nova Constituição, vai poder conferir o nome de cada um deles, escrito em placas nas árvores, escolhidas por cada um. Numa iniciativa do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestais (IBDF) e com o apoio da Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais, cerca de oitocentas árvores serão plantadas, representando os constituintes e outras autoridades do Executivo e Judiciário, com o presidente José Sarney e seus ministros.

Numa área que deve ter entre 8 e 10 hectares, provavelmente num terreno atrás do Panteão da Democracia, na praça dos Três Poderes, cada homenageado plantará pessoalmente uma árvore de sua preferência. O engenheiro florestal Joaquim Carlos Gonçalves, presidente da sociedade, explica que apenas as espécies nativas brasileiras e que se adaptem ao clima local poderão ser utilizadas. O IBDF, com recursos do Banco do Brasil e do governo do Distrito Federal, terá espécimes de todo o País à disposição.

LOCAL AINDA ESTÁ INDEFINIDO
Logo na entrada do bosque — a definição do local vai depender do governo do

Distrito Federal, os organizadores estão preparando uma placa, com os dizeres do "caput" do artigo 224, da nova Carta. "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações", dispõe o texto, considerado "um dos mais avançados do mundo", elogia Gonçalves. Além do reconhecimento dos segmentos ligados ao setor de conservação da natureza, a homenagem pretende "estabelecer um marco físico que sirva de referencial histórico sobre a conservação da natureza para as gerações futuras", conta o engenheiro.

O projeto, que deve estar completamente definido até o final da semana, já tem o apoio dos arquitetos Oscar Niemeyer e Lúcio Costa. Falta, ainda, a manifestação oficial do virtual governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz. Segundo o cronograma inicial, o deputado Ulysses Guimarães (PMDB/SP) será o primeiro a plantar. Sua escolha foi um pau-ferro. Em seguida, o presidente Sarney plantará um pau-brasil. Além do nome popular, a placa indicará o nome científico e o do constituinte ou autoridade. A preservação do bosque ficará por conta do governo do Distrito Federal. Nenhuma árvore já existente no local será derrubada, como garante Gonçalves.

STF admite dificuldades antes da regulamentação

O ministro do STF, José Carlos Moreira Alves, reconheceu ontem que poderá surgir situações institucionais difíceis entre o período da promulgação da nova Constituição e a regulamentação das leis complementares que determinarão a aplicação dos novos princípios constitucionais. Segundo ele, o Judiciário terá importante papel no sentido de evitar que as lacunas que surgirão após a promulgação da nova Carta, antes das leis complementares, inviabilizem o novo texto constitucional.

Moreira Alves explicou que, em se tratando de ino-

vações constitucionais, estas só poderão ser aplicadas após serem regulamentadas. Para ele, caberá ao Judiciário, através da criação de jurisprudência específica, corrigir as imperfeições do texto constitucional, em alguns de seus capítulos.

Ele comentou que inicialmente poderão surgir problemas quanto à aplicação da nova Constituição, devido às inovações que ela traz. "Acredito, porém, que a criatividade do mercado jurídico brasileiro terá suficiente força para viabilizar da melhor maneira possível o novo texto constitucional". (AG)